

# O que importa é mudar

DOM LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO

No espaço limitado que me foi oferecido, na página Tema em Discussão (O GLOBO, 16/07), procurei manifestar a minha inquietação de militante prático da educação, com as notícias, nem sempre claras, mas com os ares de "agora, sim, vem a salvação!" de plano já elaborado pelo MEC, com data marcada para a aplicação, 1998, de reformulação do ensino médio. Vai mal, é preciso mudar...

Lembrei-me, a propósito, das excelentes observações de Claude Milner (De L'École, Ed. Seuil, 1984, Paris), sobre as mazelas educacionais, no seu país. Uma delas é o delírio reformista, que como uma doença, a um tempo, permanente e sempre nova, instabiliza e infirma a educação na França. Há os reformistas radicais, que entendem que a escola é uma remanência inútil do passado que, mais que reformada, deve ser supressa. O que se aprende na escola é inútil, vamos criar "A sociedade sem escola", como propunha Ivan Illich, pelos anos 70. É a solução hoje. Há os que não chegam a tanto, a escola é necessária com entretenimento de criança e adolescente, enquanto esperam a idade do trabalho. Há os que pensam um pouco como esses, mas formulam a reforma em outros termos. Não sabemos bem para onde, mas é preciso mudar. Milner chama essa doença de *le discours de l'Autrement*. Não se dirá que a escola deve desaparecer; deve continuar mas *autrement*, de outra maneira. Como da escola, se dirá também de tudo que a ela está ligado. Professores devem existir, mas *de outra maneira*; aula deve existir, mas *de outra maneira*; aprendizado deve existir, mas *doutra maneira*. Assim tudo o mais — programa, avaliação, currículo, sala de aula. O que existe pesa, quer compromisso, dá trabalho, exige esforço. O que não é ou é imaginário ou sonhado fica para amanhã. E o amanhã nunca é hoje.

A nossa situação não é bem essa. Todos sentimos e concordamos que a educação vai mal. Como o mal verdadeiro é algo difuso, camaleônico, fútil, a luta contra ele não só não dá na vista, mas é sempre um pouco como a luta contra a barata. A experiência do caboclo da minha terra é que a barata sempre vence, parece desaparecer, mas reaparece. Inventamos, então, um adversário mais corpóreo e visível, como Quixote combatia fantasma.

O mal é currículo. Eles são rígidos e opressivos. Não atendem o que a criança ou o adolescente gosta, causa desânimo, evasão e repetência. Sobrecarrega com disciplinas que carecem por completo de utilidade para a profissão projetada.

Outro fantasma que está diante dos olhos reformadores são os dias e horas letivos. Como se horas e os dias letivos

não são bem aproveitados, vamos aumentá-los (o que é fácil impor por lei) e criemos em nossa mente a ilusão de que ruim mais ruim não dá pior.

Fiquemos, contudo, com o problema dos currículos. É falsa a afirmação de que são rígidos e inflexíveis. É inegável que a escola secundária de hoje recebeu novos encargos, antigamente aos cuidados da família e da oficina. Recebeu, sobretudo, os acréscimos vindos de conhecimentos — como física, química e biologia — que amadureceram como ciências e passando a integrar a cultura comum de um cidadão medianamente letrado, não pode ser excluído de qualquer currículo humanístico moderno. É por aí, talvez, ou pelas marcas deformantes deixadas em nosso ensino pelos chamados vestibulares específicos, é

que se pode ter por excessiva a sua inclusão do núcleo comum de ensino médio.

Opressiva e sufocante era a imposição da Lei Orgânica do Ensino Secundário que vigorou até 1964, quando a Lei 4.024 deu a carta de alforria da educação nacional, dividindo a competência de estruturar currículo entre a União, os estados e as escolas. Até, então, não só a relação das disciplinas, mas a distribuição por série, os programas, as cargas horárias eram parametrizadas pelo Governo federal.

A Lei 5.692 perturbou um pouco esse clima de valorização das diversas iniciativas criadoras, com a imposição da formação profissional em todas as escolas secundárias. Por outro lado, ela deixou excessivamente solta a estruturação curricu-

lar ao dar ao Conselho Federal a incumbência de indicar apenas matérias (indicação genérica como "comunicação e expressão"), não disciplinas.

Leia-se o Parecer 785/86, ainda em vigor. Ver-se-á que nada tem de rígido e opressivo. Impõe o que constitui as humanidades, a formação humana, em nossos dias, e não pode estar ausente de qualquer currículo, que queira ajudar o homem a ser uma pessoa livre, em nossos dias.

De resto, o problema da má escola brasileira, a causa de evasões e repetências excessivas não se radica em currículo, mas na falta de seriedade. Há vários tipos de falta de seriedade. A primeira é o desleixo, o não acreditar no valor do ensino, a descrença no conteúdo, que torna a sala de aula vazia e a criança entre a ociosidade e o tédio. A segunda, é a má gerência do dinheiro público (fala-se que não mais de 30% das verbas educacionais chegam ao educando), os desvios, as aplicações faraônicas e ineficientes como Cieps e cem mil computadores para escolas onde falta cartilha e não sabe usá-los.

Relaxamento e desperdício. A terceira é os pedagogos, em suas múltiplas formas. Não é o discurso do *de outra maneira*, mas o de que *hoje não se faz mais isso*. Metodomania, triste herança de Descartes. Não importa o conteúdo, o que importa é o método, não o *que* ensinar, mas o *como* ensinar. A sala de aula rola no vazio do charismo. O professor é o promotor do espetáculo. Ao lado disso, a doença utilitarista: a aula não se dirige para a inteligência, mas para as mãos. Ensinar a torcer parafusos. Se um robô está tomando o emprego de cinco homens, vamos fazer do homem um robô. Assim será competitivo. Nesse clima, a supressão do esforço: a aula deve ser fácil e divertida. Diz um Nobel de Biologia que a irracionalidade humana, nestes dias, vem daí. Não se forma a mente, com um certo esforço.

A essas raízes de falta de seriedade, não podemos omitir, sem deixar de estar em dia, a falta da seriedade institucionalizada. Leiamos o artigo 23 da Lei Darcy Ribeiro. É um artigo para nenhum modernoso botar defeito. As leis anteriores admitiam experiências pedagógicas, mediante anuência do CFE (art. 64 da Lei 5.692) (como falta Conselho na Lei Darcy). Diz o art. 23: "A educação básica poderá organizar-se (1) em séries anuais, (2) períodos semestrais, (3) ciclos, (4) alternância regular de períodos de estudos, (5) grupos não seriados com base na idade, na competência e (6) em outros critérios."

Tudo é possível. O novidadeiro está absolutamente à vontade. Acefalia educacional. Pobres crianças que os mais velhos não ajudam a ser gente!

DOM LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO é reitor do Colégio de São Bento.



## É mais complicado do que parece

EDGAR FLEXA RIBEIRO

Os problemas do ensino no Brasil são muito mais pedestres, e muito mais complicados de resolver no mundo real do que faz crer o discurso das autoridades. Veja-se reportagem recentemente publicada no GLOBO: a menina que era ouvida, e opinava sobre a reforma do ensino, estava sem aula de biologia desde maio, por falta de professor. Isso é um acontecimento muito frequente, e todo mundo sabe. Pode não ser a regra, mas não é um caso isolado. Fazer o quê? Reformar de novo? Até pode, mas já se vê que não basta.

Quem faz ensino acontecer não é lei, ministro ou secretário. É professor em sala de aula. E estamos com um grande problema nessa área: como há tempos não se tem a mais mínima idéia do tipo de ensino que se deseja fazer no país, a formação do magistério tem sido uma espécie de exercício em vôo cego.

Só se diz que o professorado está mal-formado, que tem que se reciclar, que tem que se atualizar, que isso, que aquilo. Em resolver a crise dos cursos de licenciatura, ninguém fala. Quais desses cursos já têm uma cadeira de informática? Os professores que estão se formando já sabem planejar cursos, aulas e avaliações com o apoio de um computador? Em que centro de pesquisa pedagógica ou formação de professores estão sendo desenvolvidos softwares adequados às escolas brasileiras?

Passado o furor da moda, uma montanha de computadores já anunciados às escolas perigam cair em desuso por falta de magistério preparado para empregá-los consequente e relevantemente. Provavelmente voltaremos então ao giz, principal e quase único recurso consa-

grado no uso cotidiano pela didática nacional. A escola brasileira, por falta de preparo, na sua esmagadora maioria, é uma espécie de centrífuga: espanta o novo como espanta o aluno.

Estraçalharam os cursos normais. Caíram na vala comum do ensino dito profissionalizante, degradaram-se, e ninguém sabe como consertar. Assassaram as faculdades de filosofia. Os cursos de licenciatura, na maioria, permitem-se contribuir para o despréstígio do magistério deixando que se desdenhe a "parte pedagógica do currículo" como menor e desimportante, cujos créditos são cumpridos com o mesmo enfado com que se observa uma mera formalidade.

Ninguém mais se lembra de que saber é uma coisa, mas saber ensinar é outra. E com um governo apinhado de professores, partimos para reformar o ensino mudos quanto ao verdadeiro caminho crítico de qualquer projeto educacional — que é a formação do magistério — só preocupados em propor remendos para os estragos rotineiramente praticados.

É tudo muito estranho e muito descosturado. As únicas profissões que só se pode exercer com registro profissional — não confundir com o registro do diploma! — no próprio Ministério da Educação são o magistério e as diferentes habilitações dos cursos de pedagogia. Pois justo na hora do famoso provão o MEC ainda não demonstrou o menor interesse em aferir como andam os cursos cujos egressos ele mesmo vai habilitar! De duas, uma: ou está contente com a formação desses profissionais

por razões que só ele sabe, ou não tem muito interesse em conhecer a qualidade dos professores que coloca no mercado. E vai fazer farol tomando conta da vida alheia.

De outro lado, os controles oficiais que se quer exercer ainda hoje sobre a transmissão do conhecimento — essa coisa simples e tão natural no ser humano — ainda são óbvios remanescentes medievais e sinal do pânico que inspirava o saber difundido fora do alcance do Estado. Ainda guardam o sabor da contra-reforma. Esse é um dos fatores que fazem da indispensável modernização do gerenciamento das redes de ensino uma tarefa hercúlea. Num país desse tamanho ela só se viabilizará se houver um esforço de descentralização e "descomplicação" de proporções dramáticas.

Retirar as escolas e a gestão dos sistemas de ensino da cesta básica dos recursos eleitorais, fator mais imediato de atraso e desordem, é também indispensável e possível. Mas necessita esforços e determinação enormes — per-

guntem a Minas Gerais. E talvez não haja um único modelo de solução: as realidades locais são distintas, e São Paulo provavelmente não faria o que Minas está fazendo, nem como o está fazendo.

É óbvio que repensar a formação do magistério e a gestão do ensino são árduas tarefas. Mas não é possível fazer os outros acreditarem na seriedade de uma reforma sem que ao menos se mencione esses aspectos, e o que se pretende fazer a respeito.

O silêncio sobre esse tipo de problema gera uma crise de credibilidade.

Mesmo que se admita, só para regularizar, que basta a vontade do Governo para fazer o ensino mudar, *ex-officio*, ainda assim fica complicado: afinal, alguma participação o resto do país, a maior parte, aquela que não é Governo, acabará tendo isso! Ou pensam que reformar ensino é igual a criar imposto, que basta votar a lei e criar a guia? Se pensam que basta dar ordens e seguir usando os círculos que todo mundo vai atrás, estão redondamente enganados.

A seguir assim essa reforma vai ter o mesmo fim das outras: falatório, relatório, destampatório, velório. E mais uma vez teremos concebido um modelo de ensino como exercício teórico, e deixando-nos seduzir pela complacência dos papéis que abrigam as "boas idéias" que brotam nas cabeças iluminadas.

Só homens ou governos com visão da História deviam se envolver em reformas do ensino no Brasil. Eles poderiam, entre seus contemporâneos, liderar a busca de um patamar comum para o tema, no qual os problemas pudesse ser vistos com interferência de posições conjuntuais, ideológicas ou meramente partidárias.

E então, uma vez combinado e acertado num razoável consenso, seria possível atuar, em conjunto, pedagogicamente, perante toda a Nação: incluir o tema na agenda comum de políticas públicas; fazer ver que se trata de um compromisso com o futuro; que só a consciência do quanto dependemos de um bom ensino poderá assegurar o mínimo indispensável: participação de todos, e persistência e constante aperfeiçoamento numa mesma direção, sem querer de tempos em tempos inventar novamente a roda.

EDGAR FLEXA RIBEIRO é educador.